

Greve, uma nova 'matéria' nas escolas

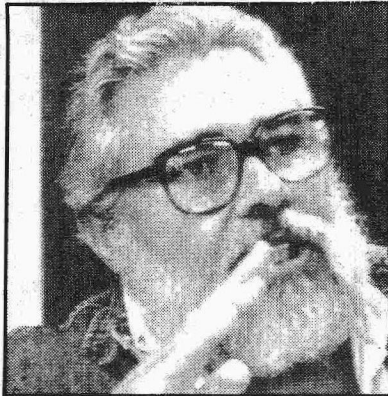
216
ÉLIDA VAZ

Nos últimos anos, uma nova disciplina vem sendo acrescentada ao currículo normal dos estudantes da rede pública de ensino: as constantes greves dos professores. Enquanto isso, nos colégios particulares, as aulas de Português, Matemática, Biologia, História e Geografia tiveram que ceder espaço para as discussões sobre os aumentos das mensalidades, considerados abusivos, que provocam, rotineiramente, a realização de manifestações e protestos. Como se não bastasse, na semana passada, enquanto o professorado das escolas estaduais e municipais do Rio deflagrava uma nova paralisação para reivindicar melhores salários, surgia a denúncia da venda de atestados médicos para justificar faltas indevidas de alguns destes profissionais.

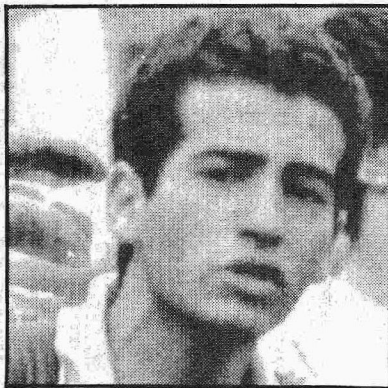
Em linhas gerais, este é o quadro do ensino no Rio, que delinea, de certa forma, o que acontece em todo o País. São milhares de estudantes, de diferentes classes sociais, ideológicas e, por que não dizer, políticas, que são cercados por discussões muito mais profundas do que o simples saber. Diante disso tudo, não resta outra pergunta a não ser "O que toda esta situação, de problemas e dificuldades, significa?"

Na opinião do Secretário Municipal de Educação, Moacyr de Goês, este quadro evidencia a crise instalada no setor educacional brasileiro, consequência da falta de oportunidade para que ele se modernizasse, que foi provocada, por sua vez, pela restrição de investimentos, que sempre ficaram aquém das necessidades. O Secretário cita também o fato de que, paralelamente, não se buscou uma política adequada à educação no País, não se fornecendo, por exemplo, recursos humanos suficientes para que as escolas funcionem bem.

— Apesar disso, o desempenho da escola pública ainda resiste, mesmo com os investimentos restritos e a política errada. Há escolas particulares boas e péssimas, mas a escola pública é a que pode ensinar democraticamente. Qual é a escola que tem condições de dar o mesmo ensino no Leblon ou em Santa Cruz? Somente a pública — afirma Moacyr de Goês, defendendo a adoção de uma política educacional que atenda realmente às necessidades do setor e não sirva apenas para "tapar buracos",



Moacyr: "O setor está em crise"



César quer uma maior participação

como vem ocorrendo nos últimos anos.

Apavorada e angustiada com a situação está a Presidente da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj), Carmelena Pereira, que vive o problema em todas as suas formas: é mãe de três filhos, dois matriculados na rede particular e um na pública, e recebe, diariamente, denúncias de centenas de pais de alunos indignados com os reajustes constantes dos estabelecimentos privados de ensino.

— Não quero o futuro que estão pintando para os meus filhos, que será só de problemas, sem condições de se viver dignamente — afirma ela, observando que a política educacional adotada pelo País está caminhando para a falência total, justamente pelo fato, como disse o Secretário Municipal, de optar por alternativas temporárias, em vez de buscar soluções definitivas e que sirvam para o fortalecimento da escola pública.

Carmelena aponta dois caminhos para se tentar reverter este quadro:



Edgar diz que o problema é político



Carmelena vive de perto o drama

procurar pessoas sérias e capazes de desenvolver uma política de educação a curto prazo e fortalecer o ensino público, com a dotação de mais recursos para o setor e a abertura de mais vagas.

O Diretor do Colégio Andrews e ex-membro, por três vezes, do Conselho Estadual de Educação, Edgar Flexa Ribeiro, acha que o quadro do ensino, cercado por greves e conflitos entre pais de estudantes e donos de escolas particulares, caracteriza, quase sob a forma de uma fábula ou parábola, a crise da educação brasileira, que está centrada não no próprio setor, mas na política.

— O ensino é um bem escasso e, na sociedade, tudo que é escasso precisa ser distribuído com critério. O Brasil até hoje não sabe quem vai ter acesso efetivamente à educação, como também não conseguiu definir quem vai ter direito a um bom salário, casa própria, esgoto, água, enfim, o básico. A única coisa que o Brasil sabe bem é quem vai ser marajá — diz, observando que, na luta que se trava a respeito da educação, a escola privada surge como mais

competente — embora nem sempre faça jus ao título —, enquanto a pública é desmoralizada a cada mês — inclusive pelo próprio Governo que a mantém e pelo magistério —, sendo oferecida aos olhos da população como incompetente.

Na opinião de Flexa Ribeiro, a escola particular é cara porque o cidadão paga a mensalidade depois de já ter pago, através de impostos, a escola pública que não tem. Ele se mostra descrente quanto às perspectivas de se reverter a situação, por acreditar que "o Brasil não tem consciência política nem competência técnica para fazer um sistema público de ensino". Para Flexa Ribeiro, o quadro agora delineado tende a se agravar ainda mais.

— Depois que o sistema se deteriorar ao ponto do insuportável, o que já está bem próximo, os ricos vão mandar os filhos estudar no exterior e as pessoas com menos recursos não vão ter educação qualificada. A saída só pode ser alcançada pela competência do ensino público, que deve ser abundante e de boa qualidade.

Já Cristiano Machado, Presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), acredita que a crise não se limita só à educação: é do próprio Governo, pela falta de projetos educacionais, políticos, econômicos e sociais.

— A crise é em todos os níveis. O Ministério da Educação só faz média. Quem manda mesmo é o Ministério da Fazenda. E os prejuízos não são só imediatos, mas poderão ser sentidos nas próximas gerações — prevê.

Mostrando-se pessimista com relação ao problema, Cristiano pensa que será preciso aguardar a eleição de um novo Presidente da República para que haja condições de se influir na política educacional.

Outro defensor de mudanças estruturais no Brasil é o Diretor da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (Ames) da Zona Sul, César Miranda, de 17 anos, que afirma que os problemas só serão resolvidos depois que o movimento estudantil deixar de atuar periféricamente e entrar na estrutura.

Este trabalho, acredita, não cabe, no entanto, apenas à comunidade educacional, mas a toda a sociedade, que custeia o ensino através de impostos.

Já o Diretor da escola A Chave do Tamanho, Lauro de Oliveira Lima, que ocupou a função de Diretor de Ensino Geral no Brasil no Governo João Goulart, acha que o verdadeiro culpado por toda a situação é o Ministério da Educação, que não cumpre o dever de dar educação a todos os que precisam. Segundo ele, o poder público ainda não percebeu a necessidade de a metade de seu orçamento ser destinado à educação, já que a juventude, que se beneficiará do serviço, compõe a metade da população brasileira.

— A crise existe porque a solicitação de matrícula é universal. Ninguém acha que pode ficar analfabeto. Atualmente, no entanto, tanto faz ir à escola ou não. Ninguém ensina nada, ninguém aprende nada — testemunha Lauro, com base numa longa experiência de trabalho na área educacional.